

O ENGAJAMENTO NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Mariana da Silva Lima

Uma comparação entre alguns artigos da juventude de Machado de Assis e algumas de suas crônicas faz rever a tese estabelecida por Jean-Michel Massa segundo a qual a década de 1860 teria sido seu período mais combativo. Levando em conta a revisão do conceito de *engajamento* proposta por Adorno, observa-se que é justamente nas crônicas – principalmente nas da maturidade – que o autor apresenta uma visão mais mordaz e crítica do país, elaborando seu pensamento de maneira mais cifrada e complexa.

No artigo intitulado “A reforma pelo jornal”¹, publicado em 23 de outubro de 1859, Machado não deixa dúvidas quanto à importância que atribui ao jornal ao dizer que o “século despertou ao clarão deste *fiat* humano”. Ao comparar a aparição do jornal ao *fiat lux* bíblico, o autor anuncia o tom religioso presente em todo o texto – inclusive no título, que sugere uma aproximação com a Reforma Protestante, para a qual a imprensa também teve papel fundamental.

Todas as coisas estão em germen na palavra, diz um poeta oriental. Não é assim? O verbo é a origem de todas as reformas.

Os hebreus, narrando a lenda do Gênesis, dão à criação da luz a precedência da palavra de Deus. É palpitante o símbolo. O *fiat* repetiu-se em todo caos, e, coisa admirável! Sempre nasceu dele alguma luz.

A história é a crônica da palavra. Moisés, no deserto; Demóstenes, nas guerras helênicas; Cristo, nas sinagogas da Galiléia; Huss, no púlpito cristão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas bocas eloqüentes, todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o *fiat* multiplicado levantado em todas as *confusões* da humanidade. A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro.

Ora pois, a palavra, esse dom divino que fez do homem simples matéria organizada, um ente superior na criação, a palavra foi sempre uma reforma. Falada na tribuna é prodigiosa, é criadora, mas é o monólogo; escrita no livro, é ainda criadora, é ainda prodigiosa, mas é ainda o monólogo; esculpida no jornal, é prodigiosa e criadora, mas não é o monólogo, é a discussão.

Para Machado, a possibilidade de o jornal empreender uma verdadeira reforma estaria relacionada à questão do nivelamento das classes sociais. Ele afirma que a aparição do jornal “fez tremer as aristocracias” e ruir “a cúpula de seu edifício”. Segundo o autor, o jornal, ao trazer os assuntos à discussão, representa “a sentença de morte de todo o *statu quo*”, pois assim as coisas não têm legitimidade evidente, “e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda”. Desse modo, a discussão é justamente “a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal”, e por isso ele mina a “organização desigual e sinuosa da sociedade”.

O argumento é construído cuidadosamente. Machado afirma que “a primeira propriedade do jornal é a reprodução amudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social”. Os excessos de confiança na capacidade de transformação do jornal são visíveis inclusive na adjetivação abundante do parágrafo:

Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem

¹ ASSIS, Machado de. Obras Completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Pp. 963-5.

labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa.

A beleza do período final mostra não só um Machado romântico mas também iludido, traçando uma linha direta entre o jornal e as revoluções modernas. Observe-se ainda que os termos utilizados pelo autor referem-se diretamente à estrutura social da Europa, uma vez que o proletariado não constituía uma classe numericamente significativa no Brasil nesse período. Logo, parece possível se afirmar que a própria argumentação talvez seja válida para o contexto europeu, mas não para o brasileiro – ou pelo menos não nos mesmos termos. É o que mostra Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil*, ao revelar a conciliação havida aqui entre os latifundiários e a nova burguesia. Aqui, o Segundo Reinado foi o período de consolidação da aristocracia rural no poder e de recuo do liberalismo. Sodré escreve sobre este período:

O avanço territorial das lavouras de café, assentando no escravismo e dispondo das massas de negros que o declínio da mineração deixara em disponibilidade, proporcionou ao governo central, com a exportação ascendente, recursos que empregou com largueza na repressão e na consolidação do seu poder. O tráfico negreiro recebeu considerável impulso: em nenhuma outra fase entraram tantos africanos no país. O latifúndio absorvia todos os recursos, estava presente por toda a parte, dominava a vida política².

Comparando esse período com a época da Regência, afirma que nesta última as figuras eminentes da vida pública tinham suas raízes fincadas em províncias distantes; porém, com o desenvolvimento do cultivo cafeeiro e do tráfico, “o predomínio da Côrte torna-se absoluto”, bem como das figuras políticas oriundas da província do Rio de Janeiro. Ele completa: “Para esses tempos, para essa gente, para a nova estrutura que, pouco a pouco, se firma e se consolida, *a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência*”³ (grifo meu).

Desse modo, Sodré mostra que aqui a função do jornal foi muito diferente daquela a cuja ideologia ele estava associado. Se na Europa o jornal estava mais a serviço do debate público das idéias (aspecto fundamental da vida nas cidades modernas), aqui ele se submetia aos interesses de uma elite escravocrata e, conseqüentemente, à continuidade do tipo de dominação que vinha da época colonial.

O contraponto a esse argumento excessivamente confiante na capacidade de transformação do jornal é fornecido pelo próprio Machado, em crônica de 1876 sobre o analfabetismo. Antes, porém, de passarmos à sua análise, vale acompanharmos um texto em que o autor discorre sobre a figura do folhetinista.

•

Embora o artigo citado pareça revelar certa *miopia* de Machado quanto às possibilidades do jornal e da crônica, tudo indica que o autor já havia percebido, mesmo nesse ano de 1859, a existência de um problema de transposição do gênero de solo europeu para o brasileiro. Já em uma de suas primeiras crônicas, intitulada justamente *O*

² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. P. 208.

³ *Idem.*, p. 209.

*folhetinista*⁴, o escritor demonstra a necessidade de refletir sobre esta figura incipiente no país. Ele inicia o texto afirmando que “uma das plantas européias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista”. E continua especulando ironicamente sobre as causas dessa dificuldade: “Se é defeito de suas propriedades orgânicas, ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu. Enuncio apenas a verdade”. Após informar ser o folhetinista originário da França, “onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno” (indicando assim que não haveria problemas de correspondência entre a crônica e o público francês, uma vez que essa forma literária seria uma decorrência dos desenvolvimentos históricos e sociais desse país), declara que “de lá espalhou-se pelo mundo” levado pelo “grande veículo de espírito moderno”, o jornal. O passo seguinte é restringir o problema: “Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o tem conseguido por toda a parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas”.

Após analisar o que seria o folhetinista, Machado conclui apontando para a dificuldade de adaptar o gênero importado (“escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil”) e sugerindo ser um dever do escritor brasileiro proceder a essa adaptação (o folhetim “bem podia tomar mais cor local, mais feição americana”). Parecia, assim, intuir que o solo não era muito adequado à propagação do gênero, o qual precisaria de adaptações para florescer em clima tropical – algo semelhante ao problema enfrentado na importação do romance e que Roberto Schwarz sintetiza com muita graça ao perguntar: “Seria a forma que não prestava – ou seria o país?”.

O problema da transposição da crônica é complexo e deverá ser desenvolvido em outra oportunidade; por ora, registre-se apenas a consciência de Machado, já em 1859, de que havia ali um conjunto de questões de difícil resolução.

•

Se no artigo “A reforma pelo jornal” o autor desconsidera os traços determinantes da sociedade brasileira, referindo-se antes à estrutura social européia, a falácia será corrigida em uma crônica publicada em 15 de agosto de 1876⁵, integrante da série intitulada “Histórias de 15 dias”, na qual o problema do analfabetismo é exposto em pormenores. Nessa crônica brilhante, Machado desvenda as sutilezas que permeiam a falsa democracia brasileira. Ele começa o texto comentando a publicação do recenseamento do Império, “do qual se colige que 70% da nossa população não sabe ler”. Recorrendo à figura da personificação, ele diz gostar dos algarismos, por não serem de metáforas nem de meias medidas. “Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos”. Diferente das letras, que foram feitas para frases, “o algarismo não tem frases, nem retórica”. Em seguida, Machado reproduz lugares-comuns proferidos em discursos sobre a nação. Toma como exemplo “um homem, o leitor ou eu”, que, querendo falar do nosso país, diria que “as Câmaras são a representação nacional”, que a “opinião pública é o magistrado último da nação” e outras pérolas desse quilate. A esse homem fictício, que disputaria uma

⁴ OC, pp. 958-60.

⁵ OC, pp. 344-5.

eleição com certo Sr. Fidélis Teles Meireles Queles, responderia o próprio algarismo, “com a maior simplicidade”:

– A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, – por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

O cronista também entra na discussão, e tenta replicar, mencionando as instituições, mas é interrompido pelo Sr. Algarismo, que, após argumentar que “as instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos”, propõe uma reforma no estilo político : “Não se deve dizer: 'consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação'; mas – 'consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%'”. Dando voz ao algarismo, em uma belíssima manobra literária, Machado desvenda a estrutura do poder, oculta sob a nobre fachada do Império. O algarismo conclui de maneira categórica: “A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: 'Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...' dirá uma coisa extremamente sensata”. O cronista fica sem réplica: “E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e ele tem o recenseamento”.

É interessante observar o contraponto fornecido por essas duas *reformas*: se na primeira o jornal liquidaria com as diferenças entre as classes sociais, na segunda os números desvendariam o que as palavras ocultavam (aquelas mesmas palavras que recheavam de ideologia liberal alguns textos da juventude de Machado de Assis) – ou seja, que no Brasil o jornal só poderia se destinar a no máximo 30% da população, e que os 70% restantes *jaziam na mais profunda ignorância, votando por divertimento* (ou por coação). De modo semelhante, se no primeiro texto a disseminação do jornal levaria diretamente ao esclarecimento das diversas classes sociais e à revolução, agora as chances de ocorrer uma revolução são, devido à ignorância em que jaz a população, iguais às de haver um golpe de Estado – e já sabemos qual entre as alternativas se concretizou na história brasileira.

•

Daremos um salto agora para os anos de 1888 e 1889, quando Machado escreveu uma série de crônicas intitulada “Bons dias!”. Entre outros motivos, esse conjunto é fundamental por abordar os grandes acontecimentos na história brasileira do período: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. A crônica que irei comentar conjuga de maneira magistral os dois temas, além de revelar o modo enviesado pelo qual Machado muitas vezes abordava questões fundamentais da história brasileira nas obras da maturidade. O texto, publicado em 27 de maio de 1888, é composto por um diálogo imaginário entre um meteorito que havia caído no interior da Bahia mais de um século antes e o oficial da Marinha José Carlos de Carvalho, chefe da expedição responsável por trazê-la para o Rio. Quando a expedição chega à Bahia, contudo, dois vereadores locais tentam impedir que o meteorito saia do estado, argumentando que ele pertence à Bahia,

já que caiu ali⁶. Outra vez fazendo uso da personificação, Machado dá voz à pedra, que pergunta pelo motivo da objeção:

- Mas por que é que aqueles dois votaram pelo embargo?
- Questão de federalismo... E o nosso amigo explicou o sentido desta palavra, e o movimento federalista que se está operando em alguns lugares do império. Mostrou-lhe até alguns projetos discutidos agora, para o fim de adotar a constituição dos Estados Unidos, sem fazer questão do chefe de Estado, que pode ser presidente ou imperador. Aqui o meteorólito, sempre vagaroso e científico, piscou o olho ao Carvalho.
- Carvalho, disse ele, eu não sou doutor constitucional nem de outra espécie, mas palavra que não entendo muito essa constituição dos Estados Unidos com um imperador... Cheio de comiseração, explicou-lhe o nosso amigo que as invenções constitucionais não eram para os beiços de um simples meteorólito; que a suposição de que o sistema dos Estados Unidos não comporta um chefe hereditário resulta de não atender à diferença do clima e outras. Ninguém se admira, por exemplo, de que lá se fala inglês e aqui português. Pois é a mesma coisa. Entretanto, confessou o nosso amigo que, por algumas cartas recebidas, sabia que o que está na boca de muitas pessoas é um rumor de república ou coisa que o valha, que esta idéia anda no ar...
- Noire? Aussi blanche qu'une autre.
- Tiens! Vous faites des calembours?
- Que queria você que eu fizesse, retorquiu o meteorólito, metido naquelas brenhas de onde você foi me arrancar? Mas vamos lá, explique-me isso pelo miúdo. E o nosso amigo não lhe ocultou nada; confiou-lhe que andam por aí idéias republicanas, e que há pessoas para quem o advento da república é certíssimo. Chegou a ler-lhe um artigo da Gazeta Nacional, em que se dizia que, se ela já estivesse estabelecida, acabada estaria há muitos anos a escravidão.

Nisto, o meteorólito interrompeu o companheiro, para dizer que as duas coisas não eram incompatíveis: porque ele antes de ser meteorólito fora general nos Estados Unidos, – e general do Sul, por ocasião da guerra de secessão, e lembra-se bem que os Estados Confederados, quando redigiram a sua constituição, declararam no preâmbulo: “A escravidão é a base da constituição dos Estados Confederados”. Lembra-se também que o próprio Lincoln, quando subiu ao poder, declarou logo que não vinha abolir a escravidão... Ao que o oficial replica: “Mas é porque lá falam inglês”. Novamente Machado brinca com as diferenças do clima para justificar o fato de que idéias estrangeiras se deturpam quando são importadas para o Brasil. Para os que defendiam que o Federalismo e a República vinham juntos, Machado lança a pergunta: “mas que tipo de Federalismo? Que tipo de República?”. E a resposta vem em forma de trocadilho: no ar/noire; ou seja, essa não será uma república negra, mas tão branca quanto qualquer outra – dado o contexto, o termo pode (e deve) assumir tanto o sentido de 'república de fachada', ie, que não surtiu o efeito desejado ou esperado, como também o de uma república dos (e para os) brancos (indivíduos de pele clara). Como observa John Gledson, que analisa essa série de crônicas em seu livro *Ficção e História*,

Não apenas isso mas, como a pedra convenientemente nos lembra, a Confederação do Sul, durante a Guerra Civil, era uma República baseada na escravidão. As lições deprimentes a serem tiradas da História incluem até Lincoln. Ninguém pode deixar de ver com que mistura de indiferença e desespero Machado viu o inevitável advento de uma República branca, dominada por uma oligarquia “federal” – isto é, com base local, nos Estados – ainda apoiada numa versão da escravidão.⁷

⁶ John Gledson afirma que, ao tomar conhecimento dessa crônica, pensou que a objeção dos dois vereadores fosse uma invenção de Machado, mas que depois verificou a veracidade do fato, o qual havia sido noticiado em um telegrama publicado no *Jornal do Comércio* no dia 23 de maio de 1888.

⁷ GLEDSON, John. *Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra: 2003. P. 167.

Desse modo, Machado mostra a maneira como o sentido da palavra *federalismo* pode variar, conforme esse federalismo se dê no Brasil ou nos Estados Unidos. Gledson justifica da seguinte maneira a perspectiva de Machado:

Machado dava mais crédito às interpretações históricas dos acontecimentos do que às puramente ideológicas: 'Monarquias' e 'Repúblicas' significavam pouco para ele, abstraídas de suas raízes sociais e históricas. Esta perspectiva também está na base de sua oposição ao federalismo (uma repetição das mesmas forças destrutivas que produziram, por exemplo, a revolta 'farroupilha') e do ceticismo com que ele encara os casamentos constitucionais de parlamentarismo e republicano, ou de federalismo e Monarquia.⁸

É, portanto, a precisão no modo como diferencia as ocorrências históricas de fenômenos semelhantes que leva Machado a observar que, no Brasil, a vinda da República se conciliaria com a estrutura baseada no latifúndio – assim como se deu com a difusão do jornal nos trópicos.

Assim, ao compararmos alguns artigos da juventude de Machado de Assis com algumas de suas crônicas, dois aspectos se destacam – um deles sendo referente à matéria e outro à forma desses textos: em primeiro lugar, é possível perceber que Machado adquire um olhar muito mais preciso e crítico da realidade brasileira, abandonando ideologias e pressupostos importados de outros países; em segundo lugar, seus textos incorporam esse aprimoramento na própria forma, que se torna mais complexa para dar conta de pontos de vista igualmente complexos.

Logo, ainda que o período da juventude tenha sido aparentemente o mais radical e combativo de Machado, como afirma Jean-Michel Massa em relação a seus artigos, suas crônicas (principalmente as da maturidade) não deixam nada a dever àqueles em teor crítico. O que acontece é que elas incorporam uma série de recursos retóricos que, se não caracterizam um combate direto com o que denunciavam, apresentam, por outro lado, um desafio à inteligência do leitor, o qual é levado a acompanhar os malabarismos mentais executados pelo cronista na exposição de suas opiniões. No trapézio do cérebro do Machado cronista, as idéias fazem as mais arrojadas cabriolas, sem jamais, porém, tomar a forma de uma idéia fixa. Parece, assim, que seus textos tornam-se menos combativos, passando a realizar mais acrobacias – e o escritor passa, assim, de pugilista (nos artigos) a acrobata (nas crônicas). Gustavo Corção reforça essa semelhança ao comentar o prazer que sente ao ler as crônicas de Machado:

Ninguém mais, neste século, e principalmente neste país, é capaz de escrever com aquela graça dançarina; ninguém mais é bastante sábio e bastante livre para começar sua crônica pelas rosas e borboletas do jardim para emendá-las, com a lógica suprema do delírio, numa intimação da intendência municipal; e ninguém mais sabe compor aquela salada, a que se referia Montaigne, onde entram Voltaire, a instituição do júri, a carta que o grão-turco escreveu do próprio punho no jubileu do Papa, as saudades de Granada, algumas reflexões sobre o Corão, aplicadas logo após as eleições de Ubá, tudo isso envolto nos melhores molhos da língua (...).⁹

No entanto, essas acrobacias não correspondem a retratos superficiais da realidade brasileira, como defende Raymundo Faoro. Conforme tivemos ocasião de comprovar, não se trata de meras relações delirantes entre um meteorito e a Proclamação da República

⁸ Idem, pp. 169-70.

⁹ CORÇÃO, Gustavo. "Machado de Assis cronista". IN: ASSIS, Machado de. Obras Completas. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006. P. 325.

conjugada à Abolição da Escravatura – ou à sua *manutenção*, seria o caso de dizer. A crônica de maio de 1888 ilustra com precisão a maneira pela qual um pequeno evento – uma luta travada na Bahia pela posse de um meteorito – pode dizer muito sobre questões mais amplas da história nacional e mundial, reiterando o argumento de John Gledson sobre “a relação por vezes bastante surpreendente e paradoxal entre os 'fatos anedóticos' e o 'travejamento estrutural’”. Para concluir a discussão sobre o engajamento na obra de Machado de Assis, passarei a uma análise do ensaio em que Adorno põe em debate essa noção.

•

Adorno inicia o texto “Engagement” afirmando que desde o livro de Sartre *Que é a literatura?* (que ele chama de “manifesto” pelo engajamento), há menos desentendimentos sobre o assunto. Segundo ele, o texto de Sartre estabelece duas atitudes frente à objetividade: por um lado, teríamos uma obra de arte descompromissada, apolítica e desviada da luta dos interesses reais, e que por isso se assemelharia a um *jogo ocioso*; por outro, uma obra comprometida, política e filiada a uma idéia ou empenhada em uma causa – ou seja, um *jogo sério e conseqüente*. O ensaio de Adorno é dedicado a revelar as armadilhas ocultas nessa separação. Ele dialeticamente mostra o modo como uma posição está implicada na outra, ao dizer que “cada uma das duas alternativas nega, ao negar a outra, também a si própria”: a arte pela arte porque, ao se absolutizar, nega sua relação inegável com o real; “a arte engajada porque, como arte necessariamente distinta da realidade abole essa distinção”.

O crítico aponta os limites da visão defendida por Sartre, que enaltece obras explicitamente comprometidas com algum ideal em detrimento daquelas “em que a linguagem abala a significação e, através do seu distanciamento semântico, rebela-se contra a submissão do sentido”, ou seja, daquelas obras que rompem com o contrato social com a realidade, “não mais falando como se noticiassem um real”, e às quais o instrumental teórico fornecido por Sartre não pode ser aplicado.

No caso de Machado, a primeira impressão resultante de uma breve análise de seus textos é que eles passariam, com o tempo, de um a outro daqueles pólos. Se são a princípio mais explicitamente engajados, e até mesmo panfletários, em alguns casos, com o amadurecimento do autor eles ficam – assim como seus romances, segundo a análise de Schwarz – cada vez mais cifrados, e a ironia assume o papel central, o que cria um novo nível de leitura¹⁰. No entanto, como afirmei, o ensaio de Adorno objetiva justamente mostrar a falsidade por trás daquela separação. Sabemos que cada vez mais a crítica tem se empenhado em refutar a visão que negava qualquer vínculo entre a obra de Machado de Assis e seu contexto histórico-social, de modo que a questão se move então para um outro nível, lançando a pergunta: que tipo de vínculo há entre a obra de Machado e a realidade? Certamente não se trata de textos que “noticiam um real” – nem mesmo no caso das crônicas, gênero voltado para o comentário dos fatos semanais. No caso dos romances, os dois livros de Roberto Schwarz sobre essa parte da obra de Machado

¹⁰ John Gledson chega a alertar para um possível efeito dessa onipresença da ironia nas crônicas de Machado: “Ao ler as crônicas de Machado, o leitor de tal maneira se habitua com a ironia, tanto desconfia de duplos sentidos e segundos significados, que corre o perigo de não reconhecer (quando ela aparece) uma argumentação séria e franca” (Op. cit. , pp. 179-80).

mostraram de que forma ocorre esse contrato com o real. John Gledson forjou a expressão realismo deceptivo para dar conta do mesmo fenômeno. A questão é importante, mas precisa ser mais discutida em outra ocasião. O que se pode afirmar, até o presente, é que Machado cada vez mais domina formas de dissimular a mensagem de seus textos, percebendo que não cabe à obra de arte fornecer alternativas às situações retratadas, mas simplesmente retratá-las, e que esse retrato é tanto mais fiel quanto mais tem presente sua condição de artifício – ou seja, quanto mais leva em conta as mediações necessárias para retratar a realidade. Ou, retomando Adorno, “arte não significa aguçá-la alternativa, e sim, através simplesmente de sua configuração, resistir à roda viva que sempre de novo está a mirar o peito dos homens”. Algo assim ocorre na crônica da série *Bons dias!*, em que Machado ousava desafinar o coro dos contentes, chamando a atenção para as conseqüências negativas tanto da Abolição quanto da Proclamação da República.

Como Adorno observa, a noção de engajamento tal como defendida por Sartre resvala para a mente do escritor, o que atesta o extremo subjetivismo de sua filosofia, apesar de todos os semi-tons materialistas. Porém, a argumentação de Sartre seria falha porque, para o escrito, o produto literário, as motivações do autor são irrelevantes (lembremos aqui o debate entre Schwarz e Gledson sobre as intenções de Machado). Segundo Adorno, Sartre produz drama e romance sobre a mera mensagem. Para isso, ele procura apoio na objetividade plana de sua própria filosofia – ou seja, fora da dialética da obra. Desse modo, por mais sublime que seja a mensagem, ela é quase nada mais que um assunto. Daí que suas peças “são veículo daquilo que o autor quer dizer, atrasadas em relação à evolução das formas estéticas. Elas operam com intriga tradicional e ressaltam-na com uma confiança inabalável e cega em significações que se teriam que transportar da arte para a realidade”¹¹.

Adorno critica falhas semelhantes na obra de Bertolt Brecht. Conforme observa, a verdade política requer inúmeras mediações que o dramaturgo despreza; em conseqüência disso, quanto mais Brecht se envolve com a informação econômica, mais ele falha quanto à essência do capitalismo, que ele tinha por objetivo captar. Por isso Adorno diz que “em favor do engajamento político, dá-se pouco peso à realidade política, o que acaba por reduzir o efeito político”. Ao se comparar um artigo como “A reforma pelo jornal” à crônica sobre o analfabetismo, percebe-se a exata relação entre esses termos na obra de Machado: se o primeiro é mais “engajado” (no sentido mais comum da palavra), a realidade política assume neste último texto um peso ausente dos dois outros.

Adorno comenta ainda a tentativa de se separar a beleza da obra de Brecht da intenção política, objetando que uma crítica imanente e dialética tem que sintetizar o todo de sua obra, inseparável da política. Segundo ele, “a inverdade política mancha a configuração estética”: “o mal político se torna mal artístico e vice-versa”. Talvez se possa dizer algo semelhante a respeito da obra de Machado, em relação à qual se tenta dissociar seu beletrismo do retrato preciso do país que apresenta.

Na obra de Brecht, a tentativa de retratar a essência do capitalismo cria uma distância enorme entre o sujeito poético e a sua mensagem. Para contornar essa defasagem, ele afeta a linguagem do subjugado – contudo, observa Adorno, a doutrina que ele propagandeia exige a linguagem do intelectual. Sua despreensão e simplicidade

¹¹ ADORNO, TW “Engagement”. P. 56.

seria ficção, perceptível na recorrência estilizante de expressões antiquadas e provincianas e no exagero. Nas crônicas da maturidade de Machado (assim como nos romances desse período), e especialmente na série “Bons dias!”, a linguagem assumida é a de um membro da elite brasileira, o que permite a Machado desvendar as estruturas ocultas do poder e falar aos privilegiados “em sua própria língua”. Afinal de contas, ele sabia que falava a no máximo 30% da população...¹²

Para concluir, voltemos a Adorno. A objeção que ele faz à separação defendida por Sartre entre obras *engajadas* e *autônomas* deve-se ao fato de que o distanciamento das obras ditas autônomas para com a realidade empírica é antes ao mesmo tempo intermediado por esta. Como ele afirma, ao oporem-se ao mundo empírico, as obras de arte estão a obedecer às forças dessa empiria (“Não há um conteúdo objetivo, nem uma categoria formal da poesia, por mais irreconhecivelmente transformado, que não proceda da realidade empírica a que se furta”). É o que leva Adorno a afirmar que Brecht praticou o distanciamento tanto menos quanto mais se inscreveu na causa humana, e que são as obras de Kafka e Beckett – tidas por abstratas – que levam o distanciamento às últimas conseqüências. Estas provocam uma reação frente à qual as obras oficialmente engajadas desbancam-se como brinquedos. Elas

provocam o medo que o existencialismo apenas persuade. Cómo desmontar la apariencia, hacer golpe Arte dentro del compromiso proclamado somete a cabo, y por lo tanto sólo aparentemente. su irrecorribilidad fuerzas a que el cambio de comportamiento que dedica el arte funciona igual anhela. Porque el que las ruedas de Kafka pasó por encima de un día, para que la paz con el mundo está tan perdido como posibilidad de alojar hasta a la sentencia de la inflexión mundo es malo: el aspecto inherente a la confirmación prueba resignada de la supremacía real está erosionado.¹³

Las grandes lecciones de Adorno en este ensayo, por lo tanto, es que incluso cuando se opone arte sociedad es un momento de ella y que, de esta manera, el énfasis en el trabajo por cuenta propia es propia esencia socio-política. Sin embargo, este argumento no constituye una "Medio camino" entre el compromiso y la autonomía; revela el hecho de que la presente cepa la política hace que las obras de arte apoyo pacíficamente lo que está prohibido a la política. "No se Están en el tiempo las obras de arte de la política, pero la política-incidido en autónoma, y mucho más ampliamente, lo que ilustra políticamente muerto ". Fue esta vista que dio lugar a Roberto Schwarz desentrañar un complejo retrato del país en "The Memorias póstumas de Blas Cubas", y estos son consideraciones que deben guiar, en mi opinión, la lectura de la crónica de Machado - en especial la madurez, que no tienen el tono crítico de abrir y dirigir sus primeros artículos. Si la crónica Machado apareció a los críticos como Brito Broca y Jean-Michel Massa como políticamente muerto, el trabajo de investigadores como Roberto Schwarz y John Gledson ha demostrado que este es el lugar donde que debemos buscar observaciones mordaces Machado en el contexto socio-político brasileño y mundo. En comparación con sus artículos juveniles, crónicas son más sofisticadas y hacen alusiones indirecta sesgada, por lo que es difícil, incluso a veces comprender el punto de vista que expresan. Es cierto que Machado llega a ser más cauteloso, como se propugna por Jean-Michel Massa, pero también es cierto que es más incisivo en la crónica, que proporciona una imagen más

¹² Nesse caso, seria preciso argumentar, em defesa de Brecht, que ele justamente pretende falar aos subjugados, e para isso precisa mimetizar sua linguagem.

¹³ Idem , p. 67.

precisa de la país: después de todo, se trata de los que podemos decir también para aquellos a quienes sus ruedas pasó por encima de un día, se pierde la paz con el mundo.